

Público

29-10-2019

Periodicidade: Diário**Classe:** Informação Geral**Âmbito:** Nacional**Tiragem:** 31885**Temática:** Sociedade**Dimensão:** 1358 cm²**Imagem:** S/Cor**Página (s):** 1/16

Ex-presidente do Turismo pagou a clubes para tentar liderar a Liga

Ministério Público acusa Melchior Moreira, ex-presidente do Turismo do Porto e Norte de Portugal, de patrocinar clubes de futebol em troca do apoio a uma candidatura à presidência da Liga **Sociedade, 16**

Melchior Moreira acusado de pagar a clubes para chegar a presidente da Liga

Vitória de Guimarães e Sporting de Braga são visados na *Operação Êter*. Ministério Público vai continuar a investigar num processo autónomo contratação de dezenas de lojas de turismo interactivas do Norte

Operação Êter
Mariana Oliveira

O ex-presidente do Turismo do Porto e Norte de Portugal (TPNP), Melchior Moreira, está acusado no âmbito da *Operação Êter* de ter colocado publicidade nas camisolas dos jogadores de duas equipas desportivas, o Vitória de Guimarães e o Braga, com o intuito de obter o apoio dos dirigentes desportivos daqueles clubes, numa eventual candidatura à presidência à Liga Portuguesa de Futebol Profissional, que nunca chegou a concretizar-se.

Em causa estão dois jogos da equipa de futebol do Vitória de Guimarães, um dos quais a final da Taça de Portugal, em 2017, uma partida em que a equipa minhota defrontou o Benfica. Num dos jogos os futebolistas do Vitória de Guimarães tinham publicidade do Turismo do Porto e Norte nas camisolas e noutra do Geoparque de Arouca. O patrocínio, que custou ao TPNP mais de 100 mil euros, foi dividido por vários contratos, alegadamente para contornar regras da contratação pública.

Relativamente ao Sporting Clube de Braga o que está em causa é um contrato de patrocínio com vista à promoção da região Norte em Madrid, onde a equipa bracarense de futsal disputou, em Novembro de 2017, a Ronda de Elite da UEFA Futsal Cup. No contrato ficou escrito que o Braga receberia 15 mil euros para aparecer a marca do Turismo do Norte nas camisolas que os jogadores envergaram.

Os dois clubes de futebol estão entre as oito entidades colectivas acusadas neste processo. Contactado pelo PÚBLICO, o director de comunicação do Braga, André Viana, recusou-se a fazer declarações sobre o assunto, alegando que o clube não foi ainda notificado de nada. O PÚBLICO tentou obter sem sucesso uma reacção do Vitória de Guimarães. Além das pessoas colectivas foram acusadas 21 pessoas singulares, onde se destaca Melchior Moreira e mais sete profissionais do Turismo do Norte. São eles, segundo uma nota da Procuradoria-Geral Distrital do Porto,



Ex-presidente do Turismo do Porto e Norte é um dos acusados

divulgada no sábado, os responsáveis que ocupavam o lugar de "presidente, vice-presidente, directora de departamento operacional, membro da comissão executiva, directora de núcleo, directora de departamento, técnica superior e coordenador de gabinete".

Quem também integra o rol de acusados é a empresária Manuela Couto, administradora da W Global Communication (antiga Mediana) e mulher do ex-presidente da Câmara de Santo Tirso, Joaquim Couto. No entanto, o Ministério Público deixou cair o crime de corrupção relacionado com um jantar que custou cerca de 1350 euros, com mais de 30 pessoas, em Madrid, à margem da Feira Internacional de Turismo (Fitur), em Janeiro do ano passado.

Apesar de ter avançado com a acusação, evitando ter de libertar Mel-

ra há mais de um ano. A procuradora alega que se mantém os pressupostos da medida de coacção mais gravosa, que foi inicialmente justificada com o perigo de perturbação do inquérito, devido à vasta rede de contactos e influências do antigo deputado do PSD.

Fonte ligada à defesa não se conforma com esta posição e insiste que com a acusação termina a investigação, não fazendo sentido continuar a alegar o perigo de perturbar o inquérito. Por isso, a defesa pretende pedir uma alteração da medida de coacção, devendo nos próximos dias haver uma decisão da juíza de instrução.

Além dos patrocínios aos clubes, a acusação imputa a vários responsáveis do Turismo crimes relacionados com procedimentos de contratação de pessoal e de aquisição de bens, assim como a utilização de meios do turismo para fins pessoais. Em causa está, por exemplo, um *ipad* do TPNP encontrado na casa de família de Melchior Moreira, em Lamego, onde estava instalada a conta do Facebook do filho mais novo e jogos para a idade deste, além de fotografias da família em actividades de lazer.

O ex-presidente do Turismo sempre insistiu que não dera o aparelho ao filho e que apenas o levava ao fim-de-semana para Lamego e que, por vezes, o filho o usava. Inicialmente, o Ministério Público imputava-lhe um crime de peculato, com uma pena que varia entre um e oito anos de prisão, tendo avançado com a acusação por um crime muito menos gravoso, peculato de uso.

O Ministério Público insiste que o ex-presidente do Turismo do Norte recebeu indevidamente ajudas de custo e ofertas provenientes de operadores económicos, como uma semana numa *master suite* de um hotel de quatro estrelas, em Santa Eulália, no Algarve, no final de Agosto de 2017. A oferta foi feita por um empresário do sector hoteleiro que estava interessado em construir um hotel no Porto e convidou o então presidente daquela região de turismo para ir conhecer os hotéis do grupo no Algarve.

mariana.oliveira@publico.pt

Em causa estão patrocínios nas camisolas de Vitória de Guimarães e Sporting de Braga

chior Moreira, o Ministério Público optou por continuar a investigar o que até agora era o epicentro do caso: a forma como foram contratadas dezenas de lojas de turismo interactivas da região Norte. A procuradora separou esta parte do processo num inquérito autónomo que vai continuar em investigação, apesar de nos últimos meses a Polícia Judiciária ter feito um contra-relatório em que constituiu como arguidos dezenas de antigos e actuais autarcas arguidos neste caso. Os visados são presidentes de câmara ou vereadores que contrataram, através de ajuste directo, sociedades do empresário de Viseu, José Agostinho, a principal das quais a Tomi World. O empresário é arguido no caso, tendo sido obrigado a prestar uma caução de 50 mil euros.

Na acusação, o Ministério Público pede que o ex-presidente do Turismo do Norte se mantenha em prisão preventiva, uma situação que perdu-